



APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ “O GOLPE DE 1964, 60 ANOS DEPOIS: NARRATIVAS, RESISTÊNCIA E REDEMOCRATIZAÇÃO”

Maria Elizete Guimarães Carvalho [*]; Terciane Ângela Luchese [**]; Ana Paula Pinto [***]

A proposta de produção desse dossiê surgiu de nossos estudos e reflexões sobre a relevância do avivamento de memórias de um “passado que não passa” (Rouso, 2006) e da problematização sobre a disputa de memórias de um período marcante de nossa história. Surgiu, também, do anseio por novas narrativas, talvez ainda não publicizadas e pela decolonização do conhecimento histórico.

Passados 60 anos do Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964, que instaurou um período de repressão no Brasil e que durou 21 anos, necessário se faz retomarmos o testemunho da história, e reescrevermos as memórias desse período, com o propósito de que fatos semelhantes não mais se repitam. Movimentos antidemocráticos e ameaças de diferentes formas de opressão se fazem e fizeram sentir desde sempre na história de diferentes países em tempos distintos. Em 2024, sessenta anos decorridos desse acontecimento circunscrito, da história do Brasil, propomo-nos ampliar o domínio investigativo, mobilizando pesquisas e problematizações de âmbito multidisciplinar, que, partindo da abordagem da história e da memória, convoquem ainda, como num caleidoscópio, outras perspectivas de equivalente espectro simbólico, relacionadas com a opressão e o abuso do poder, a resistência e as lutas, e também os processos de libertação e redemocratização.

Sabemos que nem tudo foi narrado, falado ou escrito. Ora, considerando o processo de enfraquecimento e atentados à democracia, que luta por manter-se, apesar do enfrentamento de vários colapsos, esse dossiê convocou todos e todas para esse combate desafiador. Decolonizar ideias, narrativas e comportamentos configurou-se como propósito dessa escritura, que resulta na conjugação de estudos que sob perspectivas de gênero, educação e cultura, predominantemente, movimentam documentos históricos para colocar em cena narrativas de acontecimentos e, também, ressonâncias que a ditadura civil-militar deixou para o Brasil.



Sendo assim, o Dossiê "O golpe de 1964, 60 anos depois: narrativas, resistência e redemocratização", coordenado pelas Professoras Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho (PPGE/PPGDH/UFPB), Dra. Terciane Ângela Luchese (PPGE/PPGH/UCS) e Dra. Ana Paula Pinto (FFCS/UCP/PT) acolheu artigos que resultam num conjunto importante de percursos investigativos. No cenário histórico dos 21 anos de permanência da ditadura civil-militar, foram aceitos artigos que colocam em discussão e reflexão fatos e narrativas sobre sujeitos, lugares, experiências, bem como relações sociais, educacionais, culturais, religiosas, econômicas entre tantas outras, que se processaram nesse momento e que marcaram a vida nacional brasileira. O dossiê acolheu resultados investigativos sobre esse passado histórico, com aprofundamento analítico para repensar criticamente a ditadura civil-militar e as múltiplas relações que esse regime político teceu/tece com instituições e indivíduos em suas diversas escalas regional, nacional e/ou internacional.

Nesse sentido, precisamos falar, retirar do silêncio fatos e acontecimentos subterrâneos, discursos e narrativas, em contribuição ao Estado Democrático de Direito. Assim, optamos por recontar esse acontecimento, como subsídio à desconstituição do incentivo ao esquecimento histórico, que contribui para que as democracias morram ou entrem em retrocesso. De acordo com Carvalho (2024, p. 01):

A memória tem uma dívida histórica com a sociedade brasileira, no sentido de rememorar os acontecimentos e reescrevê-los, para que tais fatos traumáticos não se repitam; e para que nunca mais aconteçam. É uma questão de reparação, contra os abusos antidemocráticos. Após o golpe, a sociedade viu-se fraturada e assujeitada a uma ordem preestabelecida e autoritária. Muitas barbáries foram cometidas em nome dessa ordem, negligenciando direitos e a dignidade humana.

Retomar memórias em tempos incertos é um exercício do educador, que assume a tarefa de problematizar o vivido. Sua dívida com a sociedade aponta para a releitura crítica e dialógica desse tempo pretérito. Em outras palavras, temos a obrigação de decolonizar tantos escritos, por vezes superficiais, ideias utilizadas para a manutenção do conservadorismo e do *status quo* e que implicam na ausência de mudanças. O crescimento da polarização política e antidemocrática, o ataque às instituições e a negação de seu valor, bem como as recorrentes



formas de manifestação contra Direitos Humanos e políticas afirmativas sinalizam para a importância de pesquisas científicas com rigor e que subsidiem debates qualificados para a construção de narrativas históricas reparadoras e que eduquem para lembrar.

Propor esse dossiê foi um desafio para as organizadoras. Um momento de retomada de vivências anteriores, marcadas pelas dores que permaneceram na memória de muitos brasileiros e brasileiras. E entre contradições e reflexões, ele foi conquistando espaço e possibilidades em nosso fazer cotidiano educacional.

Nessa perspectiva, muitas significações e interpretações podem ser extraídas dos textos apresentados. Diversos olhares diferenciados e reflexões revelam outras histórias e memórias de um período que devemos lembrar para nunca esquecer. A linguagem não é um elemento impessoal. A subjetividade dos sujeitos expressa-se de forma direta ou indireta. Ler as entrelinhas do texto contribui para uma análise para além do dito e desperta a sensibilidade do ser humano.

Assim, com o propósito de cumprir o dever e o direito de memória, ofertando ao público narrativas de “um passado que não passa” (Rouso, 2006) ou de um passado sempre presente, com suas dores, lembranças e esquecimentos, convidamos a comunidade nacional e internacional para uma leitura dialógica, considerando que essa história está em processo de produção e de reescrita, havendo muitas vozes ainda não ouvidas ou mesmo silenciadas.

Os artigos apresentados sugerem a fragilidade da nossa democracia, estimulando os leitores e as leitoras em suas pesquisas sobre a temática, pela recriação da memória em suas disputas e pela decolonização da história em suas tensões e desdobramentos.

Ao apresentarmos os artigos que compõem esse dossiê, percebemos sua relevância para a sociedade e comunidade acadêmica, considerando as dimensões das temáticas que não se repetem e discutem desde a política educacional do período ditatorial, sistema de agregação em coexistência com o Golpe de 1964, Movimento de Educação de Base, direito humano à memória e à verdade, Círculos de Cultura, MOBREAL, trajetória de professores, comunistas diante do golpe, violação aos direitos humanos de mulheres, trajetória do Teatro de Bonecos Dadá,



disputas educacionais pelos sentidos do tempo presente e a qualidade e quantidade de textos recebidos.

Face ao exposto, discorreremos sobre os onze artigos que integram essa proposta, convidando o leitor a percorrer, saboreando cada texto, para apreendê-lo e refletir com e a partir dele. O primeiro, intitulado “O MEB e a ditadura militar: lições (des)contínuas”, de autoria de Emmily Daiane da Silva, Kilma Cristeane Ferreira Guedes e Fernando César Bezerra de Andrade, desenvolve uma reflexão sobre o processo dialético de continuidade e descontinuidade das atividades do Movimento de Educação de Base (MEB), em um esforço de rememorar as práticas e formação educacional, antes do golpe e durante a ditadura, desconstruindo uma história já narrada e memórias constituídas.

O segundo artigo intitulado “História da Educação na Ditadura Militar (1964-1985): o projeto do Movimento Brasileiro De Alfabetização (MOBRAL)” de Danielly Cardoso da Silva e Diane Valdez problematiza a história da educação durante a ditadura militar (1964-1985), com recorte no projeto de alfabetização de pessoas adultas do Movimento Brasileiro de Alfabetização, mais conhecido como Mobral (1967-1985). Na análise, afirmam que o período se caracterizou por “centrarem força física e burocrática em distintas instituições, pessoas, projetos, movimentos, entre outros que atuavam pela educação como direito social”.

Abordando o tema educacional, o artigo de Mariana Parise Brandalise Dalsotto, intitulado “Círculos de Cultura: críticas e silenciamentos” analisa o contexto histórico e a constituição dos círculos de cultura no Rio Grande do Sul, mediados pela presença de Paulo Freire (e a partir dela) entre os anos de 1963 e 1964. Os círculos de cultura foram utilizados em diferentes práticas educativas e culturais, tendo o processo de conscientização como objetivo. A afirmação da ditadura civil-militar pôs fim ao importante movimento que ocorria.

No quarto artigo, a autora Marisa Bittar escreve “60 anos do golpe militar: a educação brasileira entre mudanças e permanências”. Nele, a autora apresenta as razões do golpe de Estado de 1964, a política educacional da ditadura e seus desdobramentos nas décadas subsequentes ao seu fim (1985). Como resultado da análise, decorridas quase quatro décadas, afirma que o País avançou na expansão do ensino superior e no fortalecimento da pesquisa de



um lado, mas de outro, persistem graves problemas no sistema público de Educação Básica. Ainda, a autora destaca que a construção e afirmação da democracia se mostra mais difícil do que imaginada no começo da década de 1980.

O quinto artigo também dialogando com a História da Educação, intitulado “Reflexos da Ditadura Civil-Militar na trajetória de professores das Ciências Sociais (1964-1985)” de Tainá Martins de Barros e Luciane Sgarbi Santos Grazziotin analisa a formação e atuação dos professores Lorena Holzmann, Clarissa Eckert e Pe. Ivo Follmann, SJ. Por meio da história oral, esses professores com formação em Ciências Sociais têm suas vidas narradas, em especial seus legados são destacados com a criação da ADUFRGS e no processo de salvaguarda de documentos dos expurgos da UFRGS, caso da professora Lorena. Clarissa Eckert que, por meio da Associação dos Sociólogos, fomentou a realização de palestras e aulas com destacados intelectuais da época para discutir questões políticas e sociais do contexto, assim como ajudou a fortalecer o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UFRGS. E, Ivo Follmann que se destacou na militância religiosa e sociológica durante o Regime. Histórias de vidas que, cada qual a seu modo, promoveu resistência e afirmou, nas brechas, possibilidades para pensar, refletir e seguir.

Com o título “O passado que não passa: violação aos direitos humanos de mulheres durante a Ditadura Civil Militar em Goiás, Brasil, 1964-1985”, os autores Keides Batista Vicente e Vitor Hugo Abranche de Oliveira analisam a violação aos direitos humanos perpetrados durante a ditadura civil militar brasileira a partir de relatos de mulheres que foram submetidas a torturas físicas, psicológicas e por condição de gênero, em especial no contexto de Goiás. O texto atenta para especificidades que a tortura sobre as mulheres ganhou contornos de “cunho moralista e misógino, os toques ao corpo feminino, a utilização da condição de esposa e mãe de presos”.

Numa abordagem que também privilegia a questão dos Direitos Humanos pela perspectiva da memória e da História, o artigo intitulado “Direito Humano à memória e à verdade: anotações sobre um debate atual e necessário” debate em torno do direito à memória e à verdade em tempos de transição. Como sinalizam os autores, Rogério de Araújo Lima e



Maria Elizete Guimarães Carvalho, “a transição jurídico-política de um Estado autoritário para um Estado democrático não significa que a luta pela violação dos direitos encontrou o seu fim”, portanto, o direito à memória e à verdade nos impele a não aceitar o fim da ditadura civil-militar enquanto houver desaparecidos. Os autores defendem a instauração desse debate, rememorando um caso ocorrido durante a ditadura e pouco conhecido por muitos cidadãos e cidadãs brasileiros e brasileiras.

Conjugando aspectos culturais e educacionais, o artigo “Uma forma popularíssima de cultura: educação na trajetória do Teatro De Bonecos Dadá (1960-1975)” de autoria de Márcio Souza da Luz e Andréa Cordeiro contribui situando a constituição do Teatro de Bonecos Dadá, de Curitiba e analisando as atividades artísticas e educativas de seus fundadores, Euclides Coelho de Souza e Adair Chevonika. A rede de parcerias em diferentes grupos de teatro e iniciativas educacionais é analisada e sua vinculação com a infância estabelecida.

“Um Brasil paralelo: disputas educacionais pelos sentidos da História e do Tempo Presente”, artigo redigido pelos pesquisadores Alexandre Fernandez Vaz, Nubia Almeida Lourenço e Leonardo Cartagena Miron tematiza o processo contemporâneo por meio do qual, *youtubers* e influenciadores diversos, por meio de canais e plataformas digitais produzem conteúdos em que propagam, em muitos casos, declarações antidemocráticas, atualizando o ideário conservador e reacionário. No foco da análise, a produtora de mídia digital Brasil Paralelo e as investidas na produção de conteúdo que (des)educa e como o próprio autor escreve “Cria-se a fantasia passadista de que outrora as coisas foram melhores – ou eram até quase perfeitas –, e que é preciso salvá-las das distorções e desvios que sofreram”. E um dos períodos históricos apresentados é o do período ditatorial (1964-1985), retratado simplesmente como “resistência do sistema ao perigo comunista”.

O décimo artigo, nomeado “Os comunistas diante do golpe de estado de 1964: PCB, Pcdob e POLOP, leituras distintas para o mesmo fato”, de autoria de Lineker Roberto apresenta diferentes visões sobre o mesmo acontecimento histórico, o Golpe de 64, na perspectiva dos grupos comunistas, em uma interpretação reveladora, de sua postura e lugar de fala, mantidas posteriormente.



Por fim, o último artigo denominado “Acontecimentos nacionais e territorialidade: o golpe de 64 no vale do Mucuri (MG)”, que teve como autor Márcio Achtschin Santos, coloca em discussão a realidade local a partir do sistema de Agregação e analisando como este modelo produtivo coexistiu com o Golpe de 64. O conceito de territorialidade é tomado como referência para esse estudo, em suas particularidades, sendo considerada a interação entre o global e os espaços de vivências, regionais, locais.

No conjunto, este dossiê é um convite para que a história brasileira vivida entre os anos de 1964 e 1985, bem como suas repercussões sejam pensadas e refletidas. Que lembrar nos sirva para afirmar as conquistas democráticas, os direitos humanos e a liberdade. Estimamos que outros pesquisadores também se somem aos que aqui estão, posto que há temas ainda pouco investigados sobre a história recente do Brasil. Boa leitura!

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. O Golpe de 1964: o direito à memória e à verdade histórica. Palestra proferida na Mesa Redonda **O Golpe de 1964, a Ditadura e a Educação**: uma história inconclusa, no Programa de Pós-graduação em Educação/PPGE/UFPA, em maio/2024.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 93-102

SOBRE A AUTORIA:

[*] Pós-doutorado em Política Educativa (Universidade do Minho/UMINHO/PT). Doutorado em Educação (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Universidade Federal da Paraíba/UFPA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8331-837X>. E-mail: mecarvalho23@yahoo.com.br

[**] Pós-doutorado em História da Educação (Università Degli Studi di Macerata e Università Degli Studi del Molise/Itália). Doutorado em Educação (UNISINOS). Universidade de Caxias do Sul. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6608-9728>. E-mail: taluches@ucs.br



RTE REVISTA
TEMAS EM
EDUCAÇÃO

ISSN
VERSÃO IMPRESSA: 0104-2777
VERSÃO ONLINE: 2359-7003



Maria Elizete Guimarães Carvalho; Terciane Ângela Luchese; Ana Paula Pinto

DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2024v33n1.72133

Apresentação do Dossiê “O golpe de 1964, 60 anos depois: narrativas, resistência e redemocratização”

[***] Doutorado em Literatura Grega. CEFH (Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos)
- FFCS (Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0371-4984>. E-mail: appinto@ucp.pt